

Idéias para um país que precisa crescer

O problema é falta de projeto? É cambial? É fiscal? Com quantas reformas o Brasil sairá dessa estagnação?

O Estado de S.Paulo, Série Aliás Debate, 1.9.2006 -

Uma temporada de generalidades. Esta é a impressão que a atual campanha presidencial vem passando para os brasileiros. Ao discurso já em tom vitorioso do candidato favorito somam-se declarações ácidas, porém flácidas. Assim, as questões cruciais e urgentes para a Nação parecem banidas daquele bom embate político que fortalece a democracia.

No quarto encontro da série Aliás Debate, quatro especialistas colocaram em foco um desses temas que apenas tangenciam os discursos dos candidatos: crescimento econômico. Logo na abertura dos trabalhos, o mediador Celso Ming, colunista econômico de *O Estado*, antecipou a tendência dos dados de crescimento do PIB brasileiro, divulgados ontem. “Estamos com um crescimento muito ruim e tudo indica que o IBGE vai anunciar números decepcionantes. Temos um grave problema”, disse Ming. Não deu outra: a variação do PIB do segundo trimestre em relação ao primeiro trimestre de 2006 mostrou acanhada elevação de 0,5%, quando a expectativa era em torno de 1%.

Os números ficam mais decepcionantes quando buscam-se comparações com outros países. Nos últimos 14 anos, o Brasil cresceu 36%, enquanto o Chile cresceu 125%, a Índia, 130%, a Coreia do Sul, 136% e a China, espetaculares 300%. Entre os especialistas que movimentaram o quarto encontro da série, há um consenso de saída: o Brasil é um país semi-estagnado e sem projeto de desenvolvimento. Mas como virar o jogo? É disso que trata este suplemento, síntese de importantes análises feitas pelos economistas Bresser-Pereira, Eliana Cardoso, Ricardo Carneiro e Samuel Pessoa.

Desenvolvimento, um tema fora da agenda

Aí está a questão, aponta Bresser-Pereira. O que falta é uma estratégia nacional para acelerar a economia do País

A visão de Luiz Carlos Bresser-Pereira

“O Brasil está semi-estagnado desde 1980, surpreendentemente mesmo depois do alcance da estabilidade de preços e de alta inflação inercial ter sido debelada. A meu ver, o problema do crescimento econômico saiu da agenda do País há muito tempo. Entre 1930 e 1980, o Brasil foi o País que mais cresceu no mundo em termos brutos - e, em termos per capita, só perdeu para o Japão. Havia enfim uma estratégia nacional de desenvolvimento, o velho nacional-desenvolvimentismo. Essa estratégia começou a fazer água porque, nos anos 70, era necessário abrir a economia e ter um modelo mais exportador. A partir de 1980 entramos em crise, houve o esgotamento do modelo, o aumento da dívida externa, etc. Estamos desde 1990 com política de juros altos e câmbio baixo, essa é a maravilha que temos. São 16 anos nesse modelo. Nesse ínterim conseguimos estabilizar os preços, não graças à ortodoxia convencional, mas a uma estratégia de neutralização da inércia que economistas brasileiros desenvolveram. Poderíamos ter elaborado uma estratégia nacional de desenvolvimento, mas não o fizemos.

Continuamos semi-estagnados mesmo depois que passamos a ser um país normal. Nem os partidos políticos nem a sociedade se preocupam com isso. Todos os países que cresceram muito mais do que nós têm estratégias nacionais de crescimento. Nós não a temos. Por quê? Vamos buscar as causas numa fase anterior à política econômica dos últimos 12 anos.

A minha justificativa para isso é de longo prazo e, inclusive, explica esse incrível vazio da campanha presidencial que temos hoje no País. A campanha não discute por que os partidos que estão aí não têm nada a dizer. Esses partidos nasceram fundamentalmente no pós-64, na época em que todo um grupo de intelectuais de esquerda, do qual eu de alguma forma participei, criaram a teoria da dependência. Esse grupo disse fundamentalmente: não existe burguesia nacional, não existe empresariado nacional, mas o desenvolvimento está assegurado. O Brasil é um país capitalista e as multinacionais nos ajudarão. Só que havia dois problemas. O regime autoritário - portanto, precisávamos da democracia. E uma injustiça social

muito grande, que exigia distribuição de renda. Isso ocorreu em meados dos anos 80, quando já havia a possibilidade de chegar ao poder. A pergunta era: como subir ao poder e distribuir a renda um pouco mais? Aumentando o gasto social em educação e saúde. Isso foi o pacto político democrático popular que levou às Diretas Já e depois à tradição democrática com Tancredo. O desenvolvimento estava assegurado, isso era fundamental.

Não estava. Mas aquele pacto político e aquele projeto foram levados adiante. Primeiro conseguiu-se a democracia e temos, graças a Deus, uma democracia bem razoável, que enfrenta crises como a do ano passado. O aumento do gasto social foi enorme e houve resultados positivos: o nível de analfabetismo baixou brutalmente, a expectativa de vida aumentou e a mortalidade infantil caiu enormemente. Então nós conseguimos resultados respeitáveis na área social. Mas, como não tínhamos estratégia nacional de desenvolvimento, ficamos sem ele.

Na última eleição os partidos ainda estavam trabalhando nas mesmas idéias, as idéias de modernização, as idéias de gasto social. Hoje nós chegamos ao limite. Democracia nós temos. Precisamos, claro, melhorá-la, fazer a reforma política e essas coisas que são fundamentais. Agora, distribuição de renda como? Aumentar o gasto social quando a carga tributária é 37, 38%? Isso é impossível. A sociedade já não quer mais, graças a Deus. Então fazer o quê? Temos, enfim, que ter uma estratégia nacional de desenvolvimento.”

Estabilidade monetária e mercado de massas

Para crescer, o Brasil terá de superar a ‘inconvertibilidade’ da moeda, a desigualdade e o atraso produtivo

A visão de Ricardo Carneiro

“Proponho introduzir na discussão do crescimento um elemento mais qualitativo, na medida em que a questão é por si só quantitativa. Eu acho que, na verdade, temos de superar três tipos de problemas distintos mas correlacionados. O primeiro diz respeito à inconvertibilidade da moeda. O segundo, ao atraso produtivo. O terceiro, à extrema desigualdade social do País.

No Brasil, muito se fala da grande conquista da estabilidade de preços, o que de fato é uma verdade. Mas creio que não é possível deduzir daí que o País tenha conseguido, nos últimos anos, a estabilidade monetária, que é um conceito diferente e do meu ponto de vista imprescindível para que se caminhe em direção ao crescimento sustentado. Países periféricos integrados na economia internacional e num determinado sistema monetário pagam exatamente o preço do que chamo inconvertibilidade - o que significa que suas moedas são frágeis do ponto de vista internacional ou, mais especificamente, não constituem uma reserva de valor lá fora, não denominam preços nem dívidas.

Superar essa inconvertibilidade exige estratégias e políticas específicas. Isso foi conseguido nos países asiáticos com um mix de reservas muito elevadas em divisas fortes, sobretudo em moeda central, e estratégias de obtenção sistemática de superávits em transações correntes. Se olharmos do ponto de vista histórico, assim se constituíram, de certa forma, moedas lastreadas que dão a esses países um grau de autonomia muito elevado na condução de suas políticas internas - e também na capacidade de se colocar como um campo extremamente fértil para o investimento estrangeiro. No caso brasileiro, que é bastante complicado, fizemos a estabilidade de preços, mas não conseguimos nos estabilizar monetariamente. Olhe, por exemplo, o tamanho da taxa de juros na época da âncora cambial, que era maior do que agora. Olhe, por exemplo, a volatilidade da taxa de câmbio de hoje, um preço fundamental e que traduz o valor externo da moeda. Nós não conseguimos atingir essa estabilidade monetária, o que implica uma exacerbação da chamada preferência pela liquidez.

Segundo ponto: é patente que temos um atraso produtivo e uma insuficiência na oferta de bens públicos. Costuma-se alegar que há setores que vão muito bem, o que é absolutamente verdade. Se você olhar a estrutura industrial brasileira, nos últimos anos houve aumento de produtividade significativo em várias áreas. Mas não teve o essencial. A noção de superação do atraso produtivo vem da idéia do catching up - aproximar a sua estrutura produtiva a um padrão internacional. Para usar uma linguagem que está na moda, melhoramos muito do ponto de vista da produtividade e da competitividade, mas perdemos muito do ponto de vista de posicionamento diante dessa composição da produção internacional. Temos insuficiências crescentes e claras. Está aí a manchete do Estadão esta semana, alertando para o risco de apagão. Refiro-me especificamente à questão da infra-estrutura, que é precária, insuficiente para sustentar um

processo de crescimento de longo prazo. Alguns dirão que este é um problema de marco regulatório. Outros dirão que é insuficiência de clareza de preços. Eu diria que todo esse tipo de desenvolvimento que envolve mudança qualitativa de estrutura produtiva e implantação de infra-estrutura envolve riscos econômicos significativos, que estão muito além da simples questão do risco regulatório. A questão, na verdade, é a seguinte: nosso mercado não dá conta desse tipo de mudança qualitativa. Por isso é necessário adotar velhos instrumentos clássicos na promoção do desenvolvimento. Eles estão na literatura e já se mostraram exitosos.

Terceiro ponto: temos também um problema de desigualdade social. De vez em quando você olha os jornais ou sai nas ruas e parece de fato algo muito semelhante com a idéia de barbárie que a gente fazia há muito tempo. Este é o plano normativo e ético da discussão. Precisamos avançar também nessa questão, olhando os países que o fizeram com competência, para constituir no Brasil um mercado de massas. É isso o que foi feito nos países asiáticos, onde há uma certa similitude entre exportações e consumo doméstico. É claro que, num país como o Brasil, essa é uma tarefa dura e requererá muito tempo, dado o nível elevadíssimo da desigualdade a que chegamos. Não devemos nos impressionar, embora seja um fato alvissareiro termos melhorado nossa distribuição de renda por conta dos programas sociais. No fundo, houve uma elevação da renda das camadas mais baixas, em detrimento dos setores médios da população. É importante como medida de emergência, mas não é sustentável. Imagino que tenhamos de avançar numa política de ampliação dos bens públicos - saúde, educação, saneamento, transporte coletivo, habitação de interesse social. Esse conjunto de questões e de políticas é capaz não apenas de promover o crescimento econômico, como de ir na direção do que todos nós queremos - o desenvolvimento.”

Para botar o País no eixo, reformas estruturais

Uma mexida séria na Previdência pode ativar o crescimento. Depois vêm a reforma administrativa, a trabalhista, a tributária

A visão de Samuel de Abreu Pessoa

“A economia brasileira consolida-se como uma economia de baixo crescimento. O equilíbrio dos últimos oito anos, caracterizado por gastos públicos e carga tributária crescentes, superávit primário elevado e investimento público em infra-estrutura cadente, foi capaz de consolidar a estabilização, mas produziu o efeito colateral de baixo crescimento e juros elevados. A questão é como quebrar esse ciclo vicioso.

Nas últimas décadas, a economia brasileira tem trabalhado próxima da plena capacidade. Sempre que há choques de demanda – como a redução rápida dos juros reais em 2004 em um ano de elevação da demanda externa e de forte crescimento do crédito –, nos defrontamos com o problema inflacionário. Existem sinais claros de restrição da oferta na economia.

Os juros reais têm se mantido elevados em razão do crescimento do gasto público a taxas superiores à de crescimento do produto agregado da economia. Mas há (ou havia) outro motivo para a manutenção dos juros elevados: o forte processo de desinflação. Se colocar a taxa de crescimento do gasto público abaixo da taxa de crescimento do produto, o próximo governo tem uma oportunidade única de inverter de vez a dinâmica da dívida pública.

No entanto, não se pode utilizar o elevado custo fiscal de rolagem da dívida pública como álibi para manter o imobilismo nas outras frentes de batalha. Se reduzirmos a taxa real de juros que incide sobre a dívida pública de 11,5% para 5,2% ao ano – queda muito ambiciosa e irrealista num horizonte de dois anos –, o custo fiscal da dívida pública reduzir-se-á de 3% do PIB. Quantia muito apreciável, mas longe de ser a panacéia que alguns pensam: 1,5% do PIB a mais para educação, 1% a mais para segurança e 1% a mais para investimento em infra-estrutura liquidam o ganho dessa formidável redução dos juros. Ainda faltarão recursos para saneamento básico, saúde, reforma agrária, etc., sem contar que, com as regras vigentes e com o ritmo dos últimos anos de elevação do salário mínimo, o gasto com a Previdência tem crescido anualmente de 0,4% do PIB.

Nesse sentido, vale retomar a reforma previdenciária, cujos ingredientes são bastante conhecidos, sendo o principal a introdução da idade mínima. Essa reforma é importante para que, em médio prazo, o gasto público com a rubrica do orçamento se reduza. Contudo, também cria incentivos para que a poupança agregada da economia cresça. O principal motivo que explica a diferença de poupança entre os países asiáticos e o Brasil é a forma como a Previdência Social está instituída naquelas economias.

A segunda reforma é a administrativa. Temos que recuperar a agenda do ministro Bresser Pereira para que o setor

público ofereça mais serviço sem elevação dos gastos públicos. É necessário que se criem mecanismos para demissão de funcionário público por excesso de contingente ou por deficiência de desempenho, e que os controles do serviço público sejam menos processualistas e burocratizados e mais pautados por critérios de eficiência que avaliem os resultados das políticas públicas. De novo: o fato de os gastos com juros e Previdência serem muito elevados não pode servir de alibi. Se, de uma carga tributária de 38% do PIB subtrairmos 6% do PIB de pagamentos de juros reais e 12% de benefícios previdenciários, ainda sobram 20% do PIB. É mais do que muitos países arrecadam! Com tanto dinheiro, o setor público deveria ofertar serviços em maior quantidade e qualidade. É surpreendente que a sociedade não se revolte em pagar tanto por tão pouco de retorno. Seguem em ordem de prioridade as reformas trabalhista e tributária, além da reforma do Judiciário e da desregulamentação da economia para que o ambiente de negócios melhore.

A curto prazo, ainda há outras providências: controlar o gasto público reproduzindo por mais de um ano o ajustamento fiscal de 2003 e excluindo do ajuste a redução dos investimentos que houve nesse ano; elevar nos próximos anos o salário mínimo à velocidade menor do que o crescimento do produto per capita; incentivar políticas de estímulo à oferta agregada; desestimular políticas, mesmo que corretas do ponto de vista microeconômico, com impacto maior sobre a demanda do que sobre a oferta; criar mecanismos que reforcem a independência legal das agências reguladoras e melhorem os marcos regulatórios dos setores de utilidade pública; retomar as políticas de privatização, concessão e PPP que estiveram paradas nos últimos quatro anos.

Fora isso, é importante abordar a gestão da política monetária para um equilíbrio com juros mais baixos. Se mantivermos por alguns anos um ajuste fiscal no padrão de 2003 e encaminharmos as reformas previdenciária e administrativa, a economia operará com taxas reais de juros muito menores. É possível, assim, que o câmbio real seja mais desvalorizado. Quando a economia estiver absorvendo a mudança cambial, o Banco Central, além de monitorar a evolução do IPCA, deve acompanhar a evolução dos bens não comercializáveis do IPCA. Se, no momento que houver a alteração do câmbio, a inflação se elevar apenas no componente dos bens comercializáveis e não contaminar os bens pertencentes ao subitem dos bens não comercializáveis, a política monetária não deve responder a essa elevação momentânea da inflação. A condição para que não ocorra essa contaminação é que, durante a transição para juros baixos, a política fiscal seja restritiva.

Do Oriente, a lição da austeridade fiscal

Os chineses vigiam a arrecadação. Sabem que o maior entrave ao investimento produtivo é a carga tributária

A visão de Eliana Cardoso

“Chama a atenção de todos o contraste marcante entre o crescimento medíocre do PIB brasileiro (pouco mais de 2% ao ano durante os últimos 25 anos) e o crescimento retumbante da China (10% ao ano no mesmo período). Vale lembrar, no entanto, que o PIB per capita da China é apenas um terço do brasileiro. Essa diferença indica que as duas economias se encontram em etapas de desenvolvimento diversas. Mais da metade da população chinesa ainda vive no campo e boa parte do crescimento chinês deriva de um processo de transformação estrutural.

Durante os últimos 25 anos, a China transferiu mão-de-obra da agricultura para a indústria. Como o valor adicionado e a produtividade da mão-de-obra são maiores na indústria do que na agricultura, toda revolução industrial coincide com um grande surto de crescimento. No caso da China, acrescenta-se à revolução industrial o fato de que a abertura comercial e os investimentos diretos contribuíram para inovações importantes, tanto com a introdução de novos produtos quanto de novos métodos de produção. A abertura para o mercado global também permitiu à China explorar importantes economias de escala.

No caso do Brasil, a transformação estrutural de economia agrícola para economia industrial ocorreu no pós-guerra. Naquela época, também crescemos de forma acelerada, mas sofremos com a excessiva proteção comercial. Hoje, nosso processo de êxodo rural está praticamente completo. Por isso vamos depender daqui para frente, e cada vez mais, de inovações tecnológicas para conquistar um crescimento mais alto.

Alguns analistas preferem enfatizar o papel da taxa de câmbio. Ora, o que tornou possível manter o câmbio tão competitivo e estável na Ásia foi a estabilidade dos preços com equilíbrio fiscal. A tentativa de manter o câmbio subvalorizado, na ausência de políticas fiscais e monetárias adequadas, produz inflação e corrói os ganhos de uma desvalorização nominal.

Nessa área, o Brasil pode aprender com a austeridade fiscal dos chineses. Nossa política monetária permitiu a queda da

inflação. Mas, sem um ajuste fiscal verdadeiro e frente a uma dívida pública que representa 70 % do PIB, a estabilidade continua a exigir taxas de juros altas que ajudam a manter o câmbio apreciado.

Além do câmbio, há outras questões que considero chave no debate sobre o crescimento econômico. O motor do crescimento, por exemplo, que é sempre e em todo lugar o aumento da produtividade quando se combinam trabalho e capital. A quem enfatiza o papel da acumulação de capital (ou, em outras palavras, o investimento produtivo), vale lembrar que o investimento responde à evolução da produtividade. Produtividade alta torna os investimentos mais lucrativos e, portanto, induz à acumulação de capital.

E o que determina o crescimento da produtividade?

A resposta está na educação, na pesquisa e, em especial, na inovação. Ela pode ser a introdução de um novo produto, a abertura de um novo mercado, a descoberta de um processo de produção ou ainda a adoção de um novo método para administrar, gerir e organizar o trabalho.

A questão é se o governo pode contribuir para esse processo. Sim, pode. O governo contribui para esse processo quando abre a economia, fortalece as instituições e promove a segurança. A abertura da economia é essencial, pois o progresso tecnológico viaja nas asas do comércio e do investimento direto estrangeiro.

Mas as inovações que levam ao aumento da produtividade só se concretizam se as instituições, que compreendem regras, leis e costumes, possibilitam e incentivam o uso de novas descobertas. Regras e leis coordenam o comportamento social, enquanto a confiança nas leis cria motivação para que elas sejam obedecidas.

Quanto aos entraves ao crescimento, acredito que são três os mais importantes. O primeiro é a violência e a falta de segurança. A violência aumenta os custos de produção das empresas, e a insegurança cria a incerteza que cerceia os investimentos produtivos.

O segundo é a falta de qualidade da educação básica. Vale trocar parte do gasto com a educação universitária por um programa de educação básica de primeira qualidade com incentivos diferenciados para professores eficientes e melhor gestão das escolas primárias e secundárias. De que vale a um país ter grandes generais se não tiver bons soldados?

Mas o entrave mais importante às inovações, ao investimento produtivo e ao crescimento no Brasil de hoje é a carga tributária. Nada se fará se não encontrarmos uma solução para nosso problema fiscal. O governo gasta mais do que arrecada, obrigando o Banco Central a manter os juros altos para inibir a demanda privada e combater a inflação. O governo gasta muito e, por esse motivo, a carga tributária é alta e tem alíquotas heterogêneas, que geram distorções.

O remédio é impor um teto sobre o crescimento dos gastos públicos e criar espaço para uma reforma tributária radical. A redução e a racionalização dos impostos são imprescindíveis para a retomada do crescimento.”

O DEBATE: Controlar o gasto público ou acertar o câmbio?

Desenvolvimentistas e fiscalistas discutem qual é a real natureza da armadilha de estagnação que domina o País

Durante o debate sobre crescimento econômico, houve uma clara divisão. Para Luiz Carlos Bresser-Pereira e Ricardo Carneiro, a armadilha que impede o crescimento brasileiro é basicamente cambial. Para Samuel Pessôa e Eliana Cardoso, o maior obstáculo é fiscal. Mas houve também muitos pontos de consenso, e discussões acaloradas sobre questões econômicas complexas. A seguir, o melhor do debate:

Hoje, os economistas do Brasil se dividem mais ou menos em duas posições: os desenvolvimentistas, que querem que o governo seja mais indutor do crescimento, e os fiscalistas, que querem conter o crescimento do gasto público e menor tributação. Outro dia, saiu um artigo interessante da professora Eliana Cardoso no Valor, em que menciona que normalmente os desenvolvimentistas têm receitas de charlatão...

ELIANA – Eu não gostei muito dessa referência, gostaria de colocar a posição de uma forma menos ofensiva. Acredito que tanto o desenvolvimentista quanto o fiscalista podem contribuir no debate. A posição do Bresser tem sido a de enfatizar que o câmbio real é uma variável muito importante para o crescimento das exportações e da economia. Se quisermos ter ganhos de escala, temos que produzir para o mundo, temos que nos dirigir a um mercado que é muito

maior do que o mercado nacional. Para isso, temos que ser competitivos, e um dos elementos que entram no cálculo desse custo é o câmbio. Mas não é só o câmbio, é também a cunha tributária, o custo de transporte, uma série de outras coisas. Muitas vezes é possível esconder esses outros custos por trás de um câmbio desvalorizado, mas isso não é necessariamente o que deveríamos fazer. Deveríamos tentar reduzir os custos através de corte dos impostos, melhor infra-estrutura, métodos mais produtivos.

BRESSER – A expressão fiscalista não serve para quase nada. Eu me considero fortemente fiscalista. Quando fui ministro da Fazenda, me demiti porque o presidente não aceitou os ajustes fiscais que eu propunha em 1987. Na verdade, acho que existem três posições fundamentais. Uma é a que eu chamo de ortodoxia convencional. Essa posição é de populismo cambial, na prática. Outra posição é o clássico populismo, o velho desenvolvimentismo. E existe a terceira posição, que é a minha e de muita gente, que é o novo desenvolvimentismo, fortemente fiscalista e profundamente antipopulista. É contra tanto o populismo fiscal quanto o cambial. Desde o Collor, estamos na ortodoxia convencional, que é o conjunto de diagnósticos e propostas que vêm de Washington, de Nova York, de Paris, de Londres, dos países ricos para os países em desenvolvimento. Estão baseados fundamentalmente em conseguir a estabilidade da inflação, mas o que é essencial mesmo nesse modelo é uma tendência à valorização da taxa de câmbio. Essa é a maravilha, conseguir estabilidade de preços graças a juros altos e câmbio baixo. Isso é populismo cambial, porque câmbio baixo aumenta salário e reduz poupança.

CARNEIRO – Nós estamos há 16 anos num processo de não crescimento ou de baixo crescimento, com políticas de inspiração liberal. Pode-se até argumentar que elas não foram suficientemente liberais, mas tivemos uma abertura comercial extremamente importante, assim como a liberalização financeira, tivemos um processo de privatização e desregulação muito significativo também. Eu jamais afirmei que a falta de crescimento se dá somente pela questão cambial, mas ela é importante, porque significa não só mercados adicionais, mas também atração de investimento direto estrangeiro. Eu não creio que seja possível atrair investimento se você não é capaz de dar ao investidor estrangeiro minimamente a idéia de quanto vai valer o patrimônio dele na moeda que conta, que é a moeda central. Não dá para fazer isto quando há uma volatilidade de taxa de câmbio como a que tivemos no Brasil nos últimos anos. É um ponto central. Há estabilidade de preços, mas não há estabilidade monetária.

BRESSER – Estou de acordo, o Brasil não cresce porque não tem estabilidade macroeconômica. A inflação está baixa, baixíssima, não é esse o ponto. Essa taxa de juros e essa taxa de câmbio não são sustentáveis, e portanto não há estabilidade macroeconômica. Eu não tenho nenhuma dúvida de que o problema é também fiscal, mas não creio que nesse momento seja principalmente fiscal. A relação entre a dívida pública líquida no Brasil é de 50%, alta para um país em desenvolvimento. Mas há países muito piores do que o Brasil neste indicador. O que é incrivelmente alto é a relação entre os juros (pagos pelo governo) e o PIB. É isto que torna o Brasil explosivamente pior. Para enfrentar esse problema, tem que se romper com a ortodoxia convencional, ao mesmo tempo que se faz o ajuste fiscal.

A Argentina deu um tratamento à dívida que foi não ortodoxo. A gente tem alguma solução diferente para a questão da dívida?

BRESSER – Tenho dito insistentemente que sou contra o calote. Para baixar a taxa de juros, é preciso uma estratégia. No Plano Real, fizemos isso através de uma estratégia muito bem pensada, que envolveu o apoio de toda a sociedade, quando esta se deu conta de que a taxa de inflação era um prejuízo para todos. Até quatro anos atrás, quem falasse que era preciso baixar a taxa de juros era chamado de populista e acabava o assunto. Hoje todo mundo sabe que isso é tolice, que tem gente muito séria falando que baixar a taxa de juros tem que ser um objetivo fundamental da política macroeconômica. Para essa estratégia, é essencial aumentar o ajuste fiscal fortemente. Tem que fazer o que o presidente Itamar fez. Lembra dele? Ele não entendia nada de economia, mas chamou o ministro da Fazenda e disse: “Acabe com a inflação.” O ministro não acabou, ele mudou de ministro. Chamou outro e disse: “Acabe com a inflação”. O quarto ministro conseguiu. O ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central têm que ter como objetivo fundamental baixar a taxa de juros e acertar o câmbio. Para acertar o câmbio, vai ter um pouquinho de

inflação, mas é inflação temporária e depois volta. Não há nenhum motivo para que não tenhamos taxas de inflação de nível internacional.

PESSÔA - Acho que hoje o juro alto está sendo determinado por uma pressão de demanda contínua na nossa economia, fruto do crescimento do gasto público. Essa pressão de demanda mantém a economia sempre próxima da plena capacidade e, portanto, há uma inflação crônica. Mas acho que estamos matando esta inflação, e temos uma chance de mudar a dinâmica da dívida pública no próximo governo (com inflação mais baixa, os juros caem e a dívida pública cresce menos).

ELIANA - Para mim, não ficou muito claro o que o Carneiro e o Bresser querem dizer com essa falta de estabilidade, porque de fato temos uma estabilidade monetária que nunca tivemos durante muito tempo na história do Brasil. Então, quando se fala em instabilidade, acredito que a gente está querendo falar de incerteza. E de onde é que ela vem? Não vem da nossa política monetária de forma alguma. Pelo contrário, ela conseguiu trazer a taxa de inflação, num período menor do que quatro anos, de 12% para 4%. Acho que essa incerteza vem sim do nó fiscal, do fato de que a nossa dívida é muito alta. A dívida pública bruta é de 70% do PIB, a do Chile é de 10%. A nossa dívida não é apenas alta, mas de curto prazo, e tem que ser rolada todo ano. Isto gera a necessidade de um prêmio, que é a nossa alta taxa de juros, do qual nós não vamos nos livrar enquanto não resolvermos o problema fiscal. Se o Bresser se considera um fiscalista, tem que falar com muito mais força nesses problemas, ao invés de enfatizar apenas o problema do câmbio sobrevalorizado.

CARNEIRO – Eu discordo da afirmação de que os juros no Brasil são altos por conta do desequilíbrio fiscal, embora a questão fiscal tenha relevância. Temos uma taxa de juros que está vinculada à taxa paga nos títulos externos brasileiros. Essa taxa de juros dos títulos brasileiros lá fora reflete a situação fiscal do Brasil? Eu diria que não, não é isso que as evidências estatísticas mostram. Por quê? Porque temos ciclos internacionais de liquidez. Num país com indicadores externos ruins, esses ciclos amplificam a taxa de juros externa, tanto para mais quanto para menos. Nos últimos dois, três anos, houve uma queda dos juros externos brasileiros que nada tem a ver com o fundamento fiscal do Brasil, por conta do ciclo de liquidez internacional.

ELIANA - A professora de macroeconomia foi provocada, tem que responder. Com o câmbio flexível, o governo adquiriu autonomia da política monetária e a capacidade de determinar a taxa de juros doméstica. O câmbio se ajusta tendo em consideração o diferencial entre os juros doméstico e externos e o risco do País. Portanto, o que o Carneiro tentou nos vender não faz sentido.

CARNEIRO - Você me desculpe, mas talvez tenha que ser um pouco mais rigorosa na sua colocação.

ELIANA - A minha colocação é absolutamente rigorosa, está em qualquer livro-texto.

CARNEIRO - Não é um problema de livro-texto, desculpe, você sabe tanto de livro-texto quanto eu. O Banco Central jamais desrespeitou o patamar de taxa de juros externo colocado para a economia brasileira. Ele pode fixar a Selic (taxa básica de juros fixada pelo Banco Central) acima, mas jamais abaixo.

ELIANA – Pode fixar onde ele quiser a taxa de juros, o câmbio se ajusta. Se ele puser a taxa de juros abaixo da taxa de juros internacional, vamos ter inflação e o câmbio vai se valorizar. Você não pode fazer duas coisas ao mesmo tempo, determinar o juro e o câmbio. Você pode determinar a taxa de juros e o câmbio se ajusta. É isso que é a política que tem sido adotada no Brasil desde 1999.

CARNEIRO – Nós temos uma taxa internacional brasileira de longo prazo, dada nos mercados secundários, que caiu sistematicamente durante três anos e meio. A taxa de juros doméstica (a Selic) poderia ter sido reajustada na mesma intensidade, e não foi. Nós tivemos, portanto, uma valorização da taxa de câmbio bastante significativa. E isto me parece uma escolha de política econômica absolutamente equivocada. Nós aproveitamos um ciclo de liquidez internacional, que não sabemos quanto tempo vai durar, para pegar um preço-chave importante (o câmbio), decisivo

para os investimentos, e deixamos que houvesse uma valorização desta magnitude.

BRESSER – O Carneiro tem toda a razão no que está dizendo. Até 2002 havia a tese: a taxa de juros é alta no Brasil porque o risco Brasil é alto. Aí o Nakano (Yoshiaki Nakano, economista da FGV-SP) e eu mostramos que isso era falso, porque havia países com risco maior ou igual que o Brasil e taxas de juros muito menores. A taxa de risco Brasil caiu verticalmente e a nossa taxa de juros Selic, que remunera interessadamente os títulos da dívida pública brasileira, continuou lá em cima. Isso é um

Um tema recorrente mencionado pelos economistas é a relação entre a poupança, que determina o investimento, e o crescimento. Gostaria que explicassem melhor esta questão.

BRESSER – O Brasil tem que crescer com poupança interna. Existe uma coisa chamada a estratégia de crescimento com poupança externa, que é oferecida pela ortodoxia convencional. Como era oferecida durante todo o século 19, e até meados do século 20, pela Inglaterra, como estratégia para o nosso desenvolvimento, a lei das vantagens comparativas do comércio internacional (os países devem se especializar no que são mais produtivos, em relação aos seus parceiros comerciais, o que geralmente significava produzir matérias-primas nos países em desenvolvimento). Foi só quando os países em desenvolvimento, nos anos 30, romperam com a lei das vantagens comparativas, que conseguiram se industrializar, aproveitando a fraqueza do sistema imperial naquele momento. Mas, desde os anos 70, informalmente, e desde os anos 90, formalmente, o Primeiro Mundo definiu como estratégia para nós, substituindo a lei das vantagens comparativas, a estratégia de crescimento com poupança externa. Essa estratégia resulta em valorizar a taxa de câmbio. O país começa a receber fluxos de capital – e, para isso, os juros altos ajudam muito –, e a taxa de câmbio se valoriza. Os salários aumentam. É o populismo cambial. Com o consumo doméstico em alta, a poupança doméstica diminui. A poupança doméstica é substituída pela externa, sem alterações significativas no investimento.

Exemplifique, por favor.

BRESSER – Entre 1994 e 1999, os investimentos diretos no Brasil multiplicaram-se 12 vezes. A poupança externa, que é igual ao déficit em conta corrente (esta é uma equação básica da economia), que era praticamente zero, foi a quase 5% do PIB. Então deveria ter havido um crescimento do investimento de 5% do PIB. Mas ficou igual. A taxa de substituição da poupança interna pela externa nesse período foi de 80%. Entraram 100, mas liquidamente o aumento do investimento foi de 20. Logo, o Brasil está pagando um retorno sobre esse investimento não de 20%, mas de 20 sobre 20 que são 100%. Não há desenvolvimento possível com isso.

PESSÔA - Eu tenho uma discordância com o prof. Bresser, em relação ao câmbio afetar a taxa de poupança. Acho que a poupança é determinada por regras decididas pela sociedade, como o funcionamento da Previdência. Uma vez decididas estas regras, as pessoas se comportam de acordo com elas, e um certo nível de poupança é gerado. E é este nível de poupança que vai causar um câmbio mais ou menos desvalorizado.

BRESSER – Não é bem assim, a coisa vai nos dois sentidos. Temos que pensar dialeticamente, e não linearmente. A taxa de poupança nos países asiáticos é muito mais alta do que a nossa porque eles têm uma política determinada, há muitos anos, de ter a sua taxa de câmbio relativamente depreciada, de não aceitar a ortodoxia convencional. Existem diferentes modelos de capitalismo, e nós estamos no mundo da globalização, que é fundamentalmente de competição pelo desenvolvimento entre as nações. Na hora em que começa a aceitar a estratégia dos outros em vez de ter a sua própria estratégia, o Brasil não cresce.

ELIANA – O Bresser tem enfatizado o problema da poupança, e vários autores têm tentado mostrar que a diferença entre o crescimento do Brasil e da Ásia deriva do fato de que a nossa poupança é, por exemplo, a metade da taxa de

poupança na China. Isso está errado.

BRESSER - Eu não estava discutindo poupança doméstica, estava discutindo poupança externa, que é meramente o déficit em conta corrente, uma coisa muito diferente.

ELIANA - Está tudo ligado, Bresser. O que importa para o crescimento é crescimento da produtividade. Parte do crescimento da produtividade é investimento, mas a poupança é endógena (causada por fatores internos ao processo econômico, e sobre os quais os governos não conseguem agir diretamente). Se eu cresço muito, eu poupo muito. Se eu não cresço, eu não poupo.

BRESSER – Esse tipo de poupança não é endógena, mas sim uma estratégia. O Brasil adotou sistematicamente, e continua a adotar, a ortodoxia convencional, que insiste na estratégia de se crescer com poupança externa. Isto já nos levou a crises duas vezes, e iremos à terceira se continuarmos com o câmbio desse jeito, mas vai demorar um pouco ainda. Os países que crescem muito, que são os asiáticos, crescem com despesa externa (exportam poupança, o que significa ter superávit em conta corrente) e taxa de câmbio desvalorizada.

ELIANA – Não. A poupança externa na Ásia, como a poupança externa no Brasil, é um resultado do funcionamento da economia, não é uma variável perseguida como objetivo de política econômica.

BRESSER – Isso é estratégia, não tem nada de endógeno. Eliana, veja como foi a luta dos Estados Unidos contra o Japão, que acabou concordando em valorizar o seu câmbio nos anos 80 (o que teoricamente reduziria o déficit comercial dos Estados Unidos com o Japão, aumentando a poupança americana). Veja o que está acontecendo hoje, uma luta violenta dos Estados Unidos com a China, o Congresso americano ameaçando pôr uma tarifa geral sobre os produtos chineses, de 37% ou coisa que o valha.

ELIANA – Essa ameaça tem dez anos, Bresser, e nada aconteceu. Isso é populismo do Congresso americano, que gosta de pôr a culpa na China quando tem problemas internos. Não tem nada a ver com o que de fato ocorre, porque toda essa pressão não resultou em nada. Em 1992 a China criou uma única taxa de câmbio, depois de dez anos de pressão para unificar o câmbio, no momento em que achou adequado fazê-lo. Dez anos mais tarde, agora, concordou com uma pequena valorização. Mas isso não é o resultado de uma estratégia americana, como você procura nos vender.

BRESSER – É uma estratégia de manter o juro baixo, taxas de 1%, 0,5%.

ELIANA – Não é através da desvalorização cambial e da política monetária que eles conseguem durante 25 anos manter uma taxa de câmbio competitiva. É através de uma política fiscal austera e de um equilíbrio que dura 40 anos. Além disso, ao contrário do que se costuma dizer, não é a poupança que determina o crescimento, é o crescimento que explica a poupança. Essa é a evidência empírica.

BRESSER - Aí eu estou keynesianamente (de John Maynard Keynes, economista inglês) de acordo.

ELIANA – Isso me leva de volta ao fato de que, para entender o crescimento, precisamos entender o que determina o aumento da produtividade. Onde não existe inovação, seja como produto, como método de produção, como organização do trabalho, como abertura de novos mercados, não existe crescimento. Nós temos que procurar o crescimento no aumento da produtividade, numa educação de melhor qualidade, numa abertura da economia, e não em políticas macroeconômicas (câmbio e juros), que aparentemente são fáceis de conseguir, mas na verdade só são

possíveis de ser sustentadas se forem consistentes.

PESSÔA – Eu concordo totalmente com a Eliana, quando ela diz que o motor do crescimento é a evolução da produtividade. Mas tenho uma discordância, porque acho que a manutenção do crescimento durante muito tempo requer medidas que façam com que a poupança de uma economia seja muito alta. Nesse sentido, concordo com o prof. Bresser que países de renda intermediária devem ter, na sua estratégia de desenvolvimento, uma contribuição essencial da poupança doméstica. Numa economia ainda pobre como a nossa, em que as instituições não são tão desenvolvidas, e que não tem tanta credibilidade no mercado internacional, a capacidade de endividamento externo é limitada. Gostaria de responder também a um comentário do Carneiro, sobre por que, nesses últimos 15 anos, não se conseguiu viabilizar a retomada do crescimento no Brasil. Nesses países que crescem muito, as pessoas trabalham muito, poupam muito, estudam muito. E isto faz parte de um conjunto de regras e de incentivos, que faz com que as pessoas tomem decisões compatíveis com o crescimento. São decisões que muitas vezes envolvem custos muito grandes por parte daquela geração que está financiando o crescimento. A minha explicação para o nosso baixo crescimento é que tomamos várias medidas corretas no sentido liberalizante, mas a nossa sociedade e o nosso sistema político não conseguiram arbitrar internamente como distribuir entre os grupos da sociedade os custos que estão associados a um processo de desenvolvimento.

Que custos são estes?

PESSÔA – Olhando as contas públicas, desde o governo FHC, não se observa um descontrole do gasto público, apesar de ele ser muito alto. O aumento da despesa pública foi fruto de uma decisão que a sociedade tomou no processo democrático, ao longo dos últimos 15 anos, de ampliar diversos benefícios e programas, de desenvolver, de forma bastante legítima, uma rede de bem-estar social, que era uma grande carência. Criamos um sistema de saúde universal, todos os programas de assistência, aumentamos os gastos com educação, etc. O problema é que a sociedade não criou uma forma de financiar estes programas sociais tirando dinheiro de outras pessoas ou diminuindo outros benefícios. Poderíamos ter feito algumas reformas da Previdência lá atrás, que tirariam uma parte dos benefícios dos mais ricos, de forma que criássemos essa rede de proteção social sem aumentar muito a carga tributária. Como não fizemos nada disso, a solução que saiu do consenso político da nossa sociedade foi criar a rede de proteção social aumentando a carga tributária. É um problema grave e não estou muito otimista. Para aumentar o investimento público em infraestrutura, para reduzir o gasto público e a carga tributária – que diminui a rentabilidade do investimento privado –, temos que diminuir o gasto público. É um problema que a sociedade vai ter resolver.

Por onde começar?

PESSÔA – Eu faria uma reforma da Previdência, incluindo uma idade mínima de 65 anos e atacando outros problemas, como o acúmulo de aposentadorias e o sistema distorcido de pensões. O Brasil gasta em excesso com a Previdência. Em todos aqueles países asiáticos, o gasto previdenciário como fração do PIB é da ordem de um terço do nosso, com populações mais envelhecidas. Então é claro que eles podem investir muito em infraestrutura, o que puxa o crescimento. No Brasil, há muitas pessoas que, por qualquer critério estatístico, são da classe alta e recebem benefícios previdenciários muito elevados. Eu acho que é importante respeitar direitos adquiridos, contratos, não gosto de calote. Por isso, acho que a retomada do crescimento no Brasil vai ser lenta, porque temos que equacionar problemas deste tipo. A sociedade brasileira no passado deu um monte de presentes para as pessoas, criou direitos com critérios que, do ponto de vista econômico, eram irracionais, e, do ponto de vista social, eram ilógicos. Criou esse monte de direitos e saiu arrecadando para fazer frente aos direitos criados. Acho que temos que fazer um novo pacto social para distribuir esses direitos.

ELIANA – Eu só tenho que concordar com o que o Pessôa disse. Temos um governo que recolhe 37% do PIB em impostos, gasta 40%, e mais da metade desses gastos são transferência: 8% para juros, 12% para a Previdência e outros 4% para o Bolsa-Família e outros programas. Este é um assunto proibido no debate, porque quem fala nele não se elege, mas todo mundo sabe que, sem resolver o problema da Previdência, não vamos resolver o problema dos gastos no Brasil.

CARNEIRO – Acho que há, de fato, um problema fiscal no Brasil. A carga tributária é alta, e, além disso, é muito mal distribuída, com alta regressividade (pobres sendo relativamente mais tributados). Do ponto de vista do gasto,

concordo em parte com o Pessôa. É claro que, se você reduzir a taxa de juros pela metade, o ganho na margem pode ser alocado para investimento, mas não creio que isto seja suficiente. Terá que ser feito algum ajuste na composição do gasto social. Mas eu gostaria de mencionar uma questão mais de fundo: não é possível fazer Estado de bem-estar social com a economia crescendo muito pouco, porque a política social vira um saco sem fundo. O gasto social cresceu muito no Brasil porque a economia cresceu pouco e você foi despejando na conta da política social o empobrecimento das pessoas, o desemprego, etc. Para mim, é preciso que sejam tratadas simultaneamente as questões da arrecadação, da redução dos juros e da ampliação dos investimentos, que são estratégicos. Porque este conjunto é que sustenta a mudança do perfil do gasto social.

BRESSER – O Brasil está estagnado há 25 anos porque está numa armadilha, que hoje é a da taxa de juros alta e o câmbio valorizado. Havia uma coalizão política nacional-desenvolvimentista bem-sucedida entre 1930 e 1980, embora nos anos 70 já estivesse errando grosseiramente. A coalizão política que domina o Brasil desde o início dos anos 90 não tem como objetivo o desenvolvimento. Ela é formada por rentistas no Brasil que querem juros altos, pelo setor financeiro que quer receber comissões altas dos rentistas, pelas empresas multinacionais que querem uma taxa de câmbio baixa para com isso enviar muito mais recursos para o exterior, e pelos países ricos que competem conosco, que querem um câmbio baixo para poder exportar mais para o Brasil e importar menos. O setor produtivo brasileiro, industriais e agricultores, estão fora, e recebem compensações, como os juros do BNDES e o crédito subsidiado para a agricultura (sou inteiramente a favor, aliás). O Brasil tem que formar uma nova coalizão desenvolvimentista, baseada num ajuste fiscal firme, na estabilidade macroeconômica e em alguma intervenção do Estado, mas bem menor do que a houve no tempo do nacional desenvolvimentismo. Sem isto, não haverá desenvolvimento.

CARNEIRO – Há aqueles que entendem que a estabilidade de regras é suficiente para que o país faça o catching up tecnológico (recuperar o atraso em relação aos países que estão na ponta), e para que invista em infra-estrutura. Eu não entendo assim. Acho que há riscos econômicos significativos, não jurídicos, na implantação dessas atividades, que exigem que o Estado entre de alguma forma, reduzindo esses riscos temporariamente. Há um papel a ser desempenhado pelo Estado, que não é o papel liberal clássico ou neoliberal – desculpem a expressão, não gosto muito de usá-la. Nos países asiáticos, em média, cerca de 1/3 da taxa de investimento é de responsabilidade do setor público, considerando aí a administração direta e empresas estatais. É importante que o gasto público, no caso brasileiro, assumida essa face mais direcionada para o investimento, porque de fato são investimentos de maior nível de risco, que dificilmente, ou só em condições muito excepcionais, poderão ser bancados pelo setor privado. São investimentos que, na verdade, têm a função de dar sustentação também ao investimento privado.

Por que não há debate de política econômica nessa campanha presidencial?

BRESSER – Os dois candidatos estão acomodados à agenda atual, então não há debate. O mais grave é que os dois partidos (PT e PSDB) foram montados para distribuir renda e para garantir democracia, não para promover desenvolvimento econômico. Portanto, não têm idéia do conceito de nação. Não há desenvolvimento sem esse conceito de nação. As nações surgiram com o desenvolvimento capitalista, e hoje, nessa grande competição global, as nações competem entre si. Os candidatos aqui não têm a menor idéia de nação, há muito tempo não se discute isso no Brasil.

CARNEIRO – Nos últimos dez anos, nós vivemos de certa forma um período de hegemonia de determinados interesses e de determinada ideologia. Quando a questão liberal despontou, por conta da crise do desenvolvimentismo, da crise das políticas keynesianas nos países centrais, ela veio com a força dos interesses da liberalização, dos interesses da grande finanças. Mas eu acho que, hoje, na América Latina, a dominância dessa ideologia é menor. Eu me pergunto se esse debate aqui seria viável há três, quatro anos.

PESSÔA – Desde o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, acomodamos os nossos conflitos sociais aumentando os gastos públicos e a carga tributária, o que está se esgotando. Qualquer debate sobre os nossos problemas hoje vai envolver diretamente os interesses constituídos. E eu acho que se criou uma cultura entre os marqueteiros – talvez corretamente, não sou profissional de marketing político – de que é impossível se fazer

campanha enfrentando os problemas distributivos, entrando dentro de orçamento e vendo onde tem que mexer. Os candidatos não querem enfrentar estas questões por medo de perder votos.

ELIANA – Eu acho que tem dois temas que estão na cabeça do eleitor e dos quais os candidatos têm fugido. O primeiro é o problema da segurança, extremamente espinhoso. Não interessa ao candidato que está na frente trazê-lo à tona, e, por outro lado, o Alckmin se sente ameaçado por esse tema, porque São Paulo tem estado na imprensa como a capital do PCC. O outro é o problema da carga tributária. Há uma insatisfação crescente com o fato de que os impostos são muito altos. Como é que o governo tem lidado com esse problema? Através de renúncias fiscais para alguns grupos privilegiados. De vez em quando o ministro da Indústria anuncia que esse ou aquele grupo vai receber o benefício de uma isenção fiscal. Isso interessa ao político, porque ele negocia com cada grupo o apoio que vai receber, mas é algo que contraria o interesse da sociedade como um todo, porque está criando uma carga tributária mais cheia de buracos e mais cheia de distorções, mais difícil de reformar, mais difícil de uniformizar, racionalizar e diminuir.

Os debatedores

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Luiz Carlos Bresser-Pereira, economista e cientista social, é professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 1987, tornou-se Ministro da Fazenda do governo Sarney. Cursou a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). É mestre em Administração de Empresas pela Universidade de Michigan, doutor e livre docente em Economia pela USP. Desde 1999, dedica-se exclusivamente à vida acadêmica. Foi professor na pós-graduação da Universidade de Paris I e do Departamento de Ciência Política da USP. Publicou, em 2006, o livro Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial.

Ricardo Carneiro

Ricardo Carneiro é economista, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas e diretor executivo do Centro de Estudos de Conjuntura Econômica e Política Econômica (Cecon) da Unicamp. É também pesquisador do Instituto de Estudos da América Latina da Universidade de Londres. Fez Economia na Universidade Católica de Pernambuco, mestrado e doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutorado pela Universidade de Londres. É autor, entre outros trabalhos, de Desenvolvimento em Crise - A economia brasileira no último quarto do século 20.

Samuel de Abreu Pessoa

Samuel de Abreu Pessoa é físico e professor assistente da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV - RJ). É também pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da FGV - RJ. Cursou Física, mestrado em Física e doutorado em Economia pela Universidade de São Paulo (USP). Tem diversos trabalhos publicados, entre eles, “A note on Cole and Stockman”, “Evolução da Produtividade Total dos Fatores na Economia Brasileira: Uma Análise Comparativa” e, mais recentemente, “Perspectivas de Crescimento no Longo Prazo para o Brasil: Questões em Aberto”.

Eliana Cardoso

Eliana Cardoso é economista, professora visitante da FGV - SP e colunista do jornal Valor Econômico. É membro do Conselho Kellogg Institute da Universidade Notre Dame (EUA) e da Escola de Economia Instituto de Empresa, da Espanha. Eliana é Ph.D. em economia pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). Foi professora catedrática da Fletcher School e professora visitante das universidades Yale, MIT e Georgetown. Trabalhou no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional (FMI). Foi Secretária de Assuntos Internacionais no Ministério da Fazenda. Publicou, em 2005, o livro "Fábulas Econômicas".